



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 16/09/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado registrou matéria da revista *Piauí*, intitulada *O Golpista - As 533 digitais de Bolsonaro na articulação para “virar a mesa”*, que evidenciou elementos de relatório da Polícia Federal sobre uma trama para subverter o resultado das eleições de 2022. Assinalou que, após a condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro pelo STF, em 11 de setembro de 2025, cresceram as articulações por anistia no Congresso Nacional, mas que a maioria da população rejeita tal medida, conforme levantamento do Datafolha. Além disso, afirmou que, desde 2022, há proposições de anistia relacionadas aos atos de 30 de outubro daquele ano, com novas tentativas em 2024. Ainda, ressaltou que Bolsonaro não pode ser beneficiado, pois as condutas atribuídas a ele configuraram domínio funcional em plano de golpe, além de a anistia ampla e irrestrita ferir princípios estruturantes. Por fim, defendeu que o Parlamento não pode apagar crimes praticados no topo do Poder, reiterando o compromisso com a redemocratização e o respeito às instituições.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada saudou representantes do Município de Aracruz (ES) presentes na Câmara, especialmente integrantes do projeto *Amigos da Justiça*, autoridades locais das áreas de cultura e turismo, além da Secretária Nacional de Negritude do Partido Socialista Brasileiro. Destacou e celebrou a premiação do referido projeto, ressaltando sua relevância para a inclusão social de crianças, jovens e idosos no Espírito Santo. Além disso, mencionou a realização da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) e, por fim, valorizou o turismo e a cultura como vetores de desenvolvimento da economia local.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado dirigiu-se especialmente aos cristãos evangélicos, enfatizando que o Evangelho é quem define os limites morais, além de estar acima de ideologias políticas, seja de Direita ou de Esquerda. Reafirmou o caráter profético e transformador do Evangelho, que julga as ideologias e atua sobre o coração humano. Além disso, ressaltou que a mensagem cristã não deve ser instrumentalizada por partidos ou movimentos, citando passagens bíblicas e o teólogo Barmen para sustentar a separação entre fé e política. Ademais, reafirmou que a missão da igreja é pregar Cristo, servir ao próximo e sustentar as autoridades em oração, independentemente do governo vigente. Por fim, reiterou que a igreja não tem partido, e que o Evangelho é maior do que qualquer ideologia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Rodrigo Estacho (PSD - PR) - O Deputado anunciou a presença, na Câmara dos Deputados, do Deputado Estadual Artagão de Mattos Leão Júnior, do Paraná, destacando sua atuação municipalista e sua contribuição para o desenvolvimento dos 399 Municípios do Estado. Ressaltou a parceria entre ambos na destinação de recursos e projetos, especialmente para o Município de Guarapuava (PR), em colaboração com o Prefeito Denilson Baitala. Por fim, saudou a visita e reafirmou que a Câmara é a casa de todos os brasileiros.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado parabenizou o Presidente do STF e do CNJ, Ministro Barroso, pela visita a Roraima para acompanhar a situação dos ianomâmis e das políticas públicas no Estado. Relatou que, durante a visita, houve reunião na Casa de Governo, na qual o Deputado defendeu a criação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em Roraima, alegando que o Estado ainda não possui Justiça do Trabalho implantada. Ademais, ressaltou a urgência da demanda com base no crescimento populacional impulsionado pela imigração venezuelana, no aquecimento do mercado de trabalho e no crescimento do PIB estadual. Além disso, assinalou os transtornos enfrentados pela população que precisa se deslocar até Manaus (AM) para acessar os serviços da Justiça do Trabalho. Por fim, solicitou apoio da Câmara dos Deputados na mobilização junto ao CNJ, STF e Justiça do Trabalho para a criação dessa Justiça nos entes federados que ainda não a possuem.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado relatou as ações realizadas em diversos Municípios do Estado da Bahia, destacando um evento, em Guanambi (BA), de entrega de 25 tratores, uma motoniveladora patrol e uma retroescavadeira a quatorze Municípios da região. Informou que a cerimônia ocorreu na Praça do Feijão e contou com a presença de autoridades locais, como Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e representantes de associações. Além disso, enfatizou o impacto positivo desses equipamentos na agricultura familiar da região, e afirmou ser salutar e significativa a gestão do Presidente, por meio do Governador Jerônimo Rodrigues, da Codevasf e do Ministério da Agricultura. Por fim, reafirmou o compromisso do seu mandato na valorização da agricultura familiar na região sudoeste do Estado da Bahia.

Clodoaldo Magalhães (PV - PE) - O Deputado alertou sobre os dados divulgados pela ONU que apontaram um gasto global de 2,7 trilhões de dólares com armamentos em 2024, e classificou o tema como um debate moral, além de orçamentário e financeiro. Assinalou que 4% desses recursos poderiam erradicar a fome, e 10% poderiam erradicar a pobreza extrema no mundo. Ademais, criticou a corrida armamentista por desviar investimentos de áreas essenciais e ainda promover insegurança, em vez de garantir a paz. Além disso, citou o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, o qual fez críticas no mesmo sentido, e afirmou que investimentos em saúde, educação e tecnologia geram mais empregos do que gastos com armas. Por fim, defendeu o protagonismo do Brasil nos fóruns internacionais na promoção da paz e do desenvolvimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

sustentável, e reafirmou que a segurança deve estar ancorada na dignidade humana, justiça social e cooperação global.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado registrou a presença, na Câmara dos Deputados, do ex-Prefeito de Içara (SC), Gentil Dory da Luz. Além disso, alertou para a crise que afeta a cadeia produtiva do leite, especialmente em Santa Catarina, o quarto maior produtor do País. Informou que o custo de produção do leite, no Estado, é estimado em 2,40 reais por litro, enquanto que o valor médio pago ao produtor é inferior a 2 reais, gerando prejuízo e inviabilizando a continuidade da atividade. Ademais, criticou a concorrência desleal gerada pela importação de leite subsidiado dos países do Mercosul e destacou dados da Embrapa Gado de Leite que apontam crescimento da produção nacional e ganhos de produtividade e sustentabilidade, especialmente com a raça girolando. Por fim, propôs três medidas: regulação das importações com critérios técnicos e sanitários; estabelecimento de um preço mínimo nacional para o leite; e fortalecimento do cooperativismo, com linhas de crédito específicas e apoio à industrialização regional.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado criticou o Governo do PT, sob a liderança do Presidente Lula, por ações que criminalizam trabalhadores da Região Norte. Condenou a operação da Polícia Federal nas proximidades de Humaitá (AM) e do Rio Madeira que resultou na destruição de 95 balsas de garimpo, classificadas pelo Governo como ilegais. Além disso, defendeu que os trabalhadores garimpeiros, que vêm sendo tratados como bandidos, desejam atuar legalmente, mas são impedidos pela ausência de vontade governamental para a regularização e pela burocracia estatal. Por fim, condenou o uso da força policial e a forma como os trabalhadores são retratados na mídia, posicionando-se em defesa dos garimpeiros e da população trabalhadora da Região Norte e do Estado de Rondônia.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado manifestou indignação com o avanço do crime organizado no País, afirmando que o Governo Federal não tem tomado medidas efetivas de combate. Citou o crescimento do número de facções criminosas, de duas para oitenta e oito, e criticou a ausência de dispositivos voltados ao combate ao crime organizado na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública (PEC nº 18, de 2025). Além disso, comentou que o ex-Delegado da Polícia Civil que foi assassinado foi o pioneiro na defesa do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), em presídios federais, para líderes de facções criminosas. Ademais, criticou o cancelamento, pelo Estado, da segurança pessoal do Promotor Lincoln Gakiya, que está prestes a se aposentar, e que, por sofrer ameaças de morte, possui segurança pessoal há mais de 8 anos. Ainda, defendeu a votação urgente de um pacote legislativo sobre segurança pública, incluindo a atualização da Lei de Execuções Penais e a aprovação do novo Código de Processo Penal. Por fim, criticou a pouca



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

importância conferida às mortes de policiais e alertou que o Estado precisa agir antes que o crime organizado avance ainda mais.

Pastor Diniz (UNIÃO - RR) - O Deputado defendeu a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 47, de 2023, já aprovada pelo Senado e que aguarda análise na Câmara dos Deputados há dois anos. Solicitou sensibilidade do Presidente Hugo Motta para a criação de uma Comissão Especial que trate da PEC. Ainda, afirmou que a proposta visa corrigir uma injustiça histórica com servidores de Roraima e Rondônia, que esperam o reenquadramento nos quadros da União. Por fim, relatou reunião realizada no dia 2 com a coordenação da bancada e com o Deputado Sidney Leite, do Amazonas, na qual se reafirmou o compromisso com essa pauta.

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado repudiou as operações da Polícia Federal realizadas nos Municípios de Humaitá (AM) e Manicoré (AM), que resultaram na destruição de embarcações utilizadas em atividades de garimpo. Criticou especialmente a ação em Manicoré, realizada no dia da celebração da Padroeira da cidade, Nossa Senhora das Dores, o que gerou grande comoção por interromper um ato religioso tradicional. Além disso, leu nota de protesto, destacando que os trabalhadores afetados não são criminosos e desejam atuar legalmente, mas são tratados com violência, desproporcionalidade e sem direito à defesa. Ademais, mencionou nota de repúdio e solidariedade emitida pela Diocese de Humaitá. Por fim, reforçou que a defesa do meio ambiente deve respeitar a dignidade humana, e pediu diálogo, equilíbrio e legalização do extrativismo mineral artesanal, conforme já ocorre em Porto Velho (RO).

Diego Garcia (REPUBLICANOS - PR) - O Deputado comemorou o anúncio do Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, sobre a inclusão na pauta da votação de urgência do PL da Anistia (Projeto de Lei nº 2.162, de 2023). Defendeu que essa matéria já deveria ter sido votada no início do ano e afirmou que o Congresso Nacional vai se posicionar, diante das cobranças da sociedade. Por fim, declarou apoio e voto favorável à urgência e ao mérito da proposta.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada cobrou a votação da Proposta de à Constituição (PEC) nº 47, de 2023, que completa 2 anos na Câmara após aprovação unânime no Senado Federal. A proposta assegura a transposição de servidores dos ex-Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá aos quadros da União. Ademais, classificou como inaceitável e desrespeitosa a demora na tramitação e lembrou que o Presidente Hugo Motta assumiu compromisso com as bancadas dos Estados do Norte para pautar a matéria. Ainda, defendeu que a PEC representa justiça aos servidores públicos que contribuíram para a formação do País e apelou pela



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

aprovação imediata da proposta, com ampliação do prazo de transposição até 1991. Por fim, reforçou que a PEC está acima de divergências ideológicas e pediu o apoio dos demais Parlamentares.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal, destacando que os poderes da República deveriam ser harmônicos e independentes. Afirmou que decisões de Ministros do STF deveriam pautar-se pela impessoalidade, mas considerou que esse princípio não vinha sendo observado. Também citou reportagem sobre a cobrança do Ministro Alexandre de Moraes à Polícia Penal por um atraso de cinco minutos no transporte do ex-Presidente Jair Bolsonaro, classificando o episódio como exemplo de pessoalidade.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado alertou para o que classificou como risco de “venezuelização” do Brasil. Comparou a situação atual do País com a trajetória da Venezuela, afirmando que há semelhanças no alinhamento entre Executivo e Supremo Tribunal Federal, no enfraquecimento do devido processo legal e na perseguição a opositores. Também citou a reinterpretação da Constituição, o aumento da violência, a infiltração do crime organizado no poder e o uso de recursos públicos para influenciar a imprensa como pontos de convergência entre os dois países. Por fim, defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, denominada de PEC das Prerrogativas do Congresso Nacional e criticou propostas de regulamentação da internet, que, segundo ele, poderiam representar censura e restrição às liberdades democráticas.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado destacou como inédito o julgamento de militares envolvidos em tentativa de golpe contra a democracia brasileira, lembrando os ataques de 8 de janeiro e outras ações que visaram autoridades e prédios dos Três Poderes. Afirmou que não há espaço para anistia aos golpistas nem para a chamada PEC da blindagem, que, segundo ele, busca impedir a responsabilização de Parlamentares por crimes cometidos durante o mandato. Também alertou para o risco de milicianos se beneficiarem dessa proposta e defendeu que o Congresso reforce seu papel de guardião do Estado de Direito. Por fim, citou políticas do Governo Lula, como a retirada do País do mapa da fome e a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais, apresentando-as como pautas prioritárias.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou a importância do projeto de irrigação do Vale do Iuiu, no sudoeste da Bahia, aguardado há quase 50 anos por Prefeitos e produtores da região. Pediu ao novo Presidente da Codevasf e ao Ministro Rui Costa empenho para que o projeto básico seja concluído e o executivo seja licitado ainda em 2026. Também ressaltou que a iniciativa não apresenta riscos ambientais e pode transformar-se em um dos maiores motores de desenvolvimento agrícola da região, beneficiando pequenos, médios e grandes produtores e ampliando a capacidade de produção de alimentos da Bahia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Bacelar (PV - BA) - O Deputado destacou, no Dia Mundial da Camada de Ozônio, a relevância desse escudo natural para a saúde humana, os ecossistemas e o combate ao aquecimento global. Ressaltou que a recuperação da camada de ozônio demonstra a capacidade humana de agir coletivamente para corrigir erros e garantir o futuro do planeta. Também enfatizou a participação do Brasil nesse processo e afirmou que, com sua biodiversidade, o País deve seguir como protagonista em pautas ambientais. Por fim, defendeu que a COP 30 seja oportunidade para reforçar o compromisso global contra o aquecimento climático.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado afirmou que a derrota da tutela militar e a condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro marcaram um momento histórico para a democracia. Criticou a chamada PEC da blindagem, que, segundo ele, buscava permitir que Parlamentares escapassem de punições por crimes graves ao transferir à Câmara a decisão de abertura de processos. Classificou a proposta como fruto de um acordo entre extrema direita e Centrão para barrar votações de interesse popular, como a correção do Imposto de Renda e a Medida Provisória nº 1.300, de 2025, de redução na conta de luz. Por fim, alertou que a PEC da blindagem e a anistia a golpistas representa tentativa de autoproteção política e destacou que o PSOL faria oposição frontal a essas iniciativas, defendendo que o Congresso priorize pautas em benefício da população.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado defendeu a definição de um cronograma para o pagamento das emendas parlamentares no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Criticou o que classificou como tentativa do Governo Federal de criminalizar esse instrumento, considerado por ele essencial para a implementação de políticas públicas nos Municípios. Também afirmou que o Congresso não deveria aceitar desrespeito em relação às emendas e ressaltou sua importância como ferramenta de atuação dos Deputados e Senadores junto à população.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado registrou o início dos trabalhos da Comissão que analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, na qual assumiu a presidência. Ressaltou que, independentemente de posições ideológicas ou partidárias, a Comissão deve entregar soluções que respondam à demanda por mais segurança em um dos países com maiores índices de violência no mundo.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado classificou como farsa o julgamento que condenou o ex-Presidente Jair Bolsonaro e outros réus, afirmando que o processo foi marcado por ilegalidades e ausência de provas concretas. Criticou a postura dos Ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino, acusando-os de parcialidade e de comemorar a condenação. Também acrescentou que o Supremo Tribunal Federal não seria o juízo competente para analisar o caso, e a atuação de Moraes violaria o Código de Processo Penal por conflito de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

interesse. Diante disso, defendeu que o Congresso Nacional discuta e aprove a anistia ampla, geral e irrestrita, sustentando que o Parlamento tem legitimidade para corrigir o que chamou de escárnio cometido pelo STF.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado afirmou que o julgamento de Jair Bolsonaro, gerais e aliados representou um marco histórico, por levar à Justiça autoridades que, segundo ele, cometeram crimes contra a soberania nacional e a saúde pública. Elogiou a condução do Judiciário, ressaltando o direito de defesa, mas defendeu punições exemplares. Também criticou a tentativa de pautar a anistia, que classificou como retrocesso, e disse que o Congresso deve se concentrar em projetos de interesse popular, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais, fortalecendo a soberania e a justiça no País.

Delegado Palumbo (MDB - SP) - O Deputado lamentou o assassinato do Dr. Ruy Ferraz Fontes em São Paulo e criticou a ausência de assinaturas de Deputados do PT e do PSOL em apoio a uma PEC que visa acabar com a progressão de regime para crimes hediondos. Também questionou decisões do Judiciário que liberam criminosos reincidentes, denunciando falhas na proteção de autoridades que combatem o crime organizado. Por fim, defendeu a criação de projeto de lei para garantir escolta a promotores e outros agentes de segurança, afirmando que a responsabilidade pela segurança e pela vida dessas pessoas recai sobre o Congresso, o Judiciário e o Estado.

Dimas Gadelha (PT - RJ) - O Deputado apresentou o Projeto de Lei nº 4.584, de 2025, que propõe instituir o Dia Nacional da Soberania e Democracia Brasileira, em 11 de setembro. Afirmou que a data simboliza a resistência e a fortaleza da democracia, após tentativas de desestabilização, como ataques a instituições, desacreditação do sistema eleitoral e ações de violência, incluindo o 8 de janeiro. Também destacou que o projeto visa consolidar o 11 de setembro na memória histórica do Brasil, enviando uma mensagem de que ninguém está acima da democracia e reforçando o exemplo de defesa democrática para a geração atual e futuras gerações.

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Deputado criticou a condução da investigação sobre a fraude no INSS, afirmando que a devolução de valores aos segurados não basta enquanto os responsáveis permanecem impunes. Relatou que a Controladoria-Geral da União apontou conluio dentro do Ministério e criticou a atuação da CPI, considerando que medidas como bloqueio de bens ou ressarcimento não resolvem o problema. Também alertou que a falta de reação enfraquece o Governo nas ruas e pediu que sua mensagem fosse transmitida ao Presidente Lula para reforçar a necessidade de ação efetiva contra os envolvidos na fraude.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado destacou a repercussão internacional do julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro, ressaltando que veículos como The New York Times, The Economist, The Wall Street Journal, The Guardian e El País consideraram a condenação um marco histórico para a democracia brasileira e um exemplo de combate à impunidade. Afirmou que o processo foi conduzido com rigor, garantindo ampla defesa e a constituição de provas, e elogiou o Supremo Tribunal Federal por sua atuação. Por fim, acrescentou que a decisão colocou o Brasil em evidência global, reforçando a credibilidade das instituições democráticas do País e demonstrando que a Justiça pode responsabilizar altos agentes políticos por atentados contra o Estado democrático.

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado alertou sobre os impactos da votação da Medida Provisória nº 1.300, de 2025, que, segundo ele, ameaça o setor de placas solares no Brasil. Explicou que a MP reduziria significativamente a vantagem econômica da geração de energia solar para os consumidores, que atualmente aproveitam cerca de 80% do valor gerado, caindo para apenas 17%. Por fim, defendeu a aprovação do destaque do PL para garantir a continuidade e o desenvolvimento da energia solar no País.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado reforçou a crítica à Medida Provisória nº 1.300, de 2025, que, pare ele, reduz os benefícios da energia solar, classificando-a como um ataque ao setor de energia limpa no Brasil. Contestou argumentos da imprensa sobre excesso de energia, afirmando que a MP não protege o meio ambiente nem beneficia a população, mas favorece interesses das distribuidoras. Também destacou que a medida prejudicará especialmente os mais pobres, que seriam beneficiados pela geração própria de energia, e alertou para o impacto negativo sobre o crescimento do setor solar no País.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado repudiou a postura do médico Ricardo Barbosa, que celebrou nas redes sociais o assassinato do ativista Charlie Kirk, classificando a atitude como violação ética e afronta à dignidade humana. Afirmou que a conduta de Barbosa compromete a confiança da sociedade na classe médica e normaliza discursos violentos. Por fim, manifestou apoio às medidas adotadas pelas autoridades, como desligamento da clínica, sindicância pelo Conselho Regional de Medicina e cancelamento do visto internacional do profissional, destacando a necessidade de preservar a ética e a humanidade na medicina.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado registrou a presença do Pastor Esdras Cabral, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, destacando sua relevância como escritor da CPAD e dando boas-vindas à Casa. Também reforçou o repúdio à postura do médico Ricardo Barbosa, que celebrou a morte do ativista Charlie Kirk, concordando com o Deputado Dr. Zacharias Calil. Por fim, afirmou que a conduta do profissional não



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

representa a classe médica, lembrando que médicos juram pelo Juramento de Hipócrates, que preza pela preservação da vida, e classificou as declarações de Barbosa como uma hipocrisia, independentemente da ideologia do profissional.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado destacou a saída do Brasil do Mapa da Fome, atribuindo o feito ao compromisso do Presidente Lula e ao trabalho do Ministro Wellington Dias, ex-Governador do Piauí. Elogiou a atuação de Wellington Dias no Ministério do Desenvolvimento Social, ressaltando a metodologia aplicada para reduzir a miséria, que vem sendo reconhecida internacionalmente. Por fim, Parabenizou o Ministro pelo impacto social e pelo reconhecimento mundial do modelo brasileiro de combate à fome.

General Girão (PL - RN) - O Deputado elogiou a Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, pela recuperação da RN-288, estrada que liga Caicó (RN) a Jardim de Piranhas (RN). Destacou a importância da manutenção da sinalização em trechos perigosos e mencionou a homenagem feita a Willy Saldanha, parente de sua esposa, na rodovia. Também reforçou a necessidade de concluir a Reta Tabajara, cobrando atenção do DNIT e da gestão estadual para garantir segurança e infraestrutura adequadas à população e aos usuários da região.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado criticou a atuação do Governo Federal e do Estado na região amazônica, acusando-os de perseguirem garimpeiros e pais de família trabalhadores, como na operação em Humaitá (AM), no Rio Madeira, enquanto deixam de combater traficantes e políticos corruptos. Questionou os interesses por trás da restrição à exploração de riquezas nacionais e acusou ONGs e países estrangeiros de influenciarem essa política. Também cobrou do Ministério Público de Rondônia atenção ao caso da rodoviária de Ariquemes, onde auditoria apontou pagamentos indevidos de mais de R\$ 800 mil, alertando que o arquivamento dessa denúncia pode abrir precedente para novos crimes semelhantes.

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado alertou que, apesar de o Brasil ter saído do Mapa da Fome, os estudantes dos institutos federais ainda sofrem com falta de alimentação escolar. Considerou inadmissível construir refeitórios sem prever recursos para a oferta de refeições diárias e saudáveis e defendeu que o Congresso Nacional e o Presidente Lula assegurem, já no orçamento de 2026, o investimento de R\$ 1 bilhão necessário para garantir alimentação escolar digna, ressaltando que com fome ninguém aprende.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado destacou os resultados das políticas públicas de geração de emprego e renda do Governo Lula, apontando que o desemprego caiu para 5,6%, a menor taxa desde 2012. Informou que a população desocupada chegou a 6,1 milhões de pessoas, o menor número desde 2013,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

enquanto o total de trabalhadores empregados atingiu o recorde de 102,4 milhões, com nível de ocupação de 58,8%.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado afirmou que se vive um dos momentos mais sombrios da história recente, em que conservadores seriam alvos de violência motivada por radicalização da esquerda. Citou o assassinato de Charlie Kirk como exemplo, criticou atitudes que considera de celebração da morte de opositores, e questionou o papel de segmentos como imprensa, professores e intelectuais, que para ele estariam incitando esse clima. Por fim, conclamou que esse tipo de violência pare, expressou preocupação com segurança pessoal e defendeu o engajamento de pessoas conservadoras para resistir a esse que chama de confronto entre “bem e mal”.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado destacou que a democracia o trouxe ao Parlamento e precisa ser defendida como valor central do mandato. Criticou tentativas de desacreditar o sistema eleitoral e os Poderes constituídos, apontando que a violência política nasce da desumanização do adversário e da perda de confiança nas instituições. Defendeu que o Congresso atue com soberania, sem pressões externas, e relatou ações do mandato: Proposta de Emenda à Constituição que torna o acesso à água potável um direito fundamental, lei da Tarifa Social de Água e Esgoto, criação do Fundo da Caatinga, proteção da saúde mental de crianças frente ao uso excessivo de telas e ampliação da CNH Social para gerar emprego e renda. Concluiu defendendo uma Câmara que aproxime os problemas da população das soluções esperadas pelo povo.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado manifestou indignação contra pessoas que celebraram a morte de Charlie Kirk, a quem descreveu como homem de família e defensor do bem. Criticou nominalmente um gaúcho conhecido como Peninha, afirmando que ele destila ódio e passa vergonha ao vibrar com a morte de alguém. Reforçou ainda que nada justifica o assassinato de qualquer pessoa, seja de esquerda, direita ou centro e defendeu a preservação da vida, repudiando essas atitudes.

Silas Câmara (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado criticou uma operação do Governo Federal no Rio Madeira, que contou com helicópteros, forças policiais e militares e teria atacado balsas que também funcionam como moradia para trabalhadores. Afirmou ainda que a ação desconsiderou vidas humanas e classificou a iniciativa como desastrosa e inconsequente, atingindo extrativistas que sustentam suas famílias. Por fim, apelou para que o Governo dialogue com os garimpeiros e busque soluções pacíficas em vez de tratá-los como criminosos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado saudou a presença de uma delegação do Município de Barra do Turvo (SP) na Câmara dos Deputados. Destacou a dignidade e o trabalho do povo local. Informou que o grupo cumpre agenda em Ministérios e no Parlamento, desejando-lhes boas-vindas.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado destacou a realização de sessão solene em homenagem aos 192 anos de Feira de Santana, maior cidade do interior da Bahia. Ressaltou o caráter trabalhador e pujante do Município, que construiu uma história marcante no Estado. Afirmou também estar recebendo uma importante delegação de políticos e empresários liderada pelo Prefeito José Ronaldo, bem como Vereadores da cidade que contribuem de forma significativa para a democracia local. Por último, parabenizou Feira de Santana por seu aniversário de emancipação política.

Denise Pessôa (PT - RS) - A Deputada afirmou que a condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro representa um marco histórico e um divisor de águas para a democracia brasileira. Lembrou que Bolsonaro foi responsabilizado por atacar as instituições, o sistema eleitoral e flertar com o golpismo, deixando claro que não há impunidade para quem atenta contra o Estado de Direito. Reforçou ainda que a lei vale para todos e que cargos públicos exigem maior responsabilidade. Além disso, defendeu ainda a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, medida que promoveria justiça tributária, fortaleceria o poder de compra da população e movimentaria a economia, unindo democracia política a avanços sociais e econômicos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou sua participação no Encob, Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado em Vitória (ES), reforçando a importância da defesa da água, do saneamento e do meio ambiente ao longo dos rios. Como Presidente e Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Bacias Hidrográficas Brasileiras, ressaltou que os comitês representam toda a sociedade e que os documentos produzidos serão levados à COP, em Belém do Pará. Parabenizou também a coordenação do Comitê das Bacias, liderada por Maurício Scalon, e reafirmou a disposição da Frente Parlamentar em apoiar e se solidarizar com o trabalho dos comitês em todo o País.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado apresentou o Projeto de Lei nº 3.318, de 2025, que propõe alterações nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), atualmente limitado a famílias com renda per capita de até um quarto do salário mínimo e com pessoas com deficiência ou idosos acima de 65 anos. Explicou que a proposta visa garantir o BPC independentemente da renda familiar e estender o pagamento até os 18 anos para crianças com deficiência, destacando que o benefício deve assegurar dignidade, amparo e atendimento às crianças. Por fim, enfatizou a necessidade de empatia e ação concreta, ressaltando



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

experiências pessoais que reforçam a importância de dar voz às crianças com deficiência e apoiar suas famílias.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado manifestou apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, questionando a condenação de 27 anos atribuída a ele e outros aliados, alegando que a Suprema Corte não teria competência nem imparcialidade para julgá-los. Criticou o julgamento de figuras como o General Augusto Heleno, General Braga Netto e Delegado Ramagem, chamando a situação de “injustiça histórica”. Por fim, afirmou que atua como “profeta de Deus” e que a Justiça divina ainda será feita para os que foram injustiçados.

ORDEM DO DIA

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada criticou a chamada PEC da blindagem, que condiciona investigações e prisões de Deputados e Senadores à autorização do próprio Congresso. Afirmou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, representa julgamento político em vez de legal, favorecendo Parlamentares investigados e potencialmente beneficiando o crime organizado. Anunciou sua posição contrária à proposta, defendendo que temas mais relevantes para a sociedade deveriam ser priorizados na pauta.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado denunciou ações do Governo Federal no Amazonas como uma guerra contra os amazônidas, criticando operações com helicópteros e explosivos contra trabalhadores em Humaitá (AM) e Manicoré (AM). Destacou que não defende o garimpo ilegal, mas que a repressão isolada não resolve o problema, defendendo alternativas sustentáveis como agricultura familiar, ecoturismo e mineração legal.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Além disso, destacou que a pauta do Congresso deveria priorizar medidas que beneficiem a população, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a redução do custo da energia para 60 milhões de brasileiros, em vez de atender a interesses corporativistas.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado declarou que vai prestar depoimento na Polícia Federal em razão de falas realizadas na Tribuna. Afirmou já responder a outros três processos no Supremo Tribunal Federal pelo mesmo motivo. Destacou que sua situação não se tratava de privilégio, mas de aplicação do artigo 53 da Constituição, que garante inviolabilidade a Deputados e Senadores por suas opiniões, palavras e votos. Informou que a medida visava assegurar a liberdade de manifestação dos representantes eleitos no exercício de suas funções no Congresso Nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências, em análise no Congresso não atendia às necessidades de fortalecimento das prerrogativas parlamentares. Relatou processo que enfrentava no TSE, decorrente de declarações feitas durante a campanha eleitoral, e questionou a atuação da Suprema Corte em decisões que, segundo ele, restringiram a atuação do Parlamento. Destacou que matérias aprovadas pela Câmara teriam sido desconsideradas por decisões judiciais, o que classificou como desmoralização do Legislativo. Defendeu que prerrogativas parlamentares são direito do povo, por serem fruto do voto popular, e rejeitou a ideia de que propostas em debate significassem blindagem ou impunidade. Reforçou que Parlamento forte era condição para democracia forte.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado declarou que foi firmado o acordo no Congresso para a votação do Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que concede anistia aos participantes das manifestações reivindicatórias de motivação política, ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei, e dá outras providências. Destacou que a aprovação deveria ocorrer conforme o compromisso assumido. Enfatizou que o ponto central era garantir que a anistia fosse apreciada e votada pelo Plenário, reforçando a expectativa de que o compromisso estabelecido fosse cumprido.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado alertou para o avanço da violência no Ceará, relatando episódios recentes em Fortaleza (CE) e outras cidades, como ameaças a fóruns, uso de explosivos e assassinatos de empresários que resistiram à extorsão. Afirmou que o crime organizado passou a influenciar a economia e até a política local, financiando candidaturas e ampliando seu poder. Destacou que a população vivia sob medo constante e que a segurança pública no Estado não respondia de forma eficaz. Defendeu a tipificação de ações do crime organizado como terrorismo, afirmando que essa medida era necessária para fortalecer o enfrentamento e proteger a sociedade. Concluiu pedindo união do Parlamento para dar respostas concretas à população e garantir a segurança das famílias brasileiras.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado informou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro havia sido internado após um quadro de queda de pressão, vômitos e soluço. Defendeu que a Câmara retomasse a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências, afirmando que a PEC em discussão resguardava o direito de opinião dos Deputados. Criticou decisões do Supremo Tribunal Federal que legislaram em temas como drogas e censura, além de terem invalidado votações expressivas do Congresso. Informou que apenas o Parlamento, como representação direta do povo, tinha legitimidade para legislar, e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

era necessário recuperar o espírito da Constituição de 1988, quando os mandatos garantiam liberdade de manifestação aos eleitos.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada afirmou que o Brasil precisava olhar para o futuro com base na Constituição e destacou a importância de respeitar as decisões do Supremo Tribunal Federal dentro de suas responsabilidades. Criticou o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que concede anistia aos participantes das manifestações reivindicatórias de motivação política, ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei, e dá outras providências, classificando-a como fator de divisão no País, e mencionou o Deputado Eduardo Bolsonaro, a quem chamou de traidor da pátria. Defendeu que o foco do Congresso deveria ser pautas de interesse da população e não a redução de penas para golpistas. Concluiu reforçando que a democracia avançaria com respeito às instituições e rejeição à anistia.

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado proferiu parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente explicou que a inclusão do requerimento de adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Afirmou que o relatório do Deputado Claudio Cajado representava o retorno ao texto constitucional de 1988, sem inovações, com o objetivo de fortalecer as prerrogativas dos Parlamentares. Ressaltou que não se tratava de pauta de Governo ou de Oposição, mas de uma decisão soberana do Plenário sobre a proteção do mandato. Destacou que muitos Deputados haviam manifestado preocupação com a imunidade e garantias constitucionais, e que caberia à Câmara decidir se retomaria ou não esse dispositivo. Concluiu defendendo o respeito à decisão coletiva da Casa.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão por cinco sessões da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado defendeu a legitimidade da indicação do Deputado Eduardo Bolsonaro para a Liderança da Minoria, afirmando que a escolha estava de acordo com o Regimento da Câmara. Criticou setores da Esquerda, que não aceitavam a participação da Oposição na definição de pautas. Declarou que não houve golpe nem terrorismo nos episódios contestados. Mencionou ainda que apenas o Ministro Luiz Fux



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

havia julgado com isenção, enquanto outros magistrados teriam agido movidos por sentimentos de vingança. Informou que a posição da Direita representava a razão política naquele debate.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado destacou reflexões sobre o crescimento da injustiça, da desonra e do poder concentrado nas mãos de pessoas más, o que levaria a sociedade a desanimar da virtude e a sentir vergonha de ser honesta. Citou ainda a expressão de que “os canalhas também envelhecem”, encerrando sua intervenção com a mensagem de crítica moral e política. Reforçou sua fala como alerta sobre os rumos da vida pública e os desafios enfrentados pelo Parlamento diante das crises institucionais.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão por cinco sessões da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada informou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro havia retornado ao hospital com quadro de queda de pressão, vômitos e soluço, e afirmou que ele vinha sendo alvo de perseguição. Afirmou que havia indícios de intenção de prender o ex-Presidente e que a situação colocava em risco sua vida. Ressaltou que parte da população apoiava Bolsonaro e criticou investigações sobre seu contato com ele. Concluiu atribuindo responsabilidade moral aos que promoviam a perseguição.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada desejou saúde ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e ressaltou que ele deveria cumprir a pena de 27 anos a que foi condenado. Ressaltou a necessidade de rejeitar Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que concede anistia aos participantes das manifestações reivindicatórias de motivação política, ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei, e dá outras providências, classificando-a como prejudicial à nação, e criticou o Deputado Eduardo Bolsonaro, referindo-se a ele como antideputado e antibrasileiro. Reforçou a defesa do cumprimento da lei e do respeito às instituições. Defendeu a votação do requerimento de adiamento da discussão por cinco sessões da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada questionou o Presidente da sessão sobre a forma de registro de presença. Pediu esclarecimento sobre a participação poderia ser feita de forma virtual, para que sua bancada tivesse os mesmos direitos que outros deputados ausentes fisicamente. Informou que a sessão seria semipresencial, mas que quem não estivesse no Plenário poderia registrar presença e votar pelo sistema



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Infoleg. Observou que havia informações conflitantes sobre a liberação da presença virtual e ressaltou que a mudança ocorreria durante a sessão. Ao final, confirmou que repassaria as informações à sua bancada, garantindo que todos pudessem participar do processo de votação.

General Girão (PL - RN) - O Deputado expressou preocupação com Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências, com a perda do princípio da oportunidade na aplicação do artigo 53 da Constituição, que garante inviolabilidade a Deputados e Senadores por suas opiniões, palavras e votos. Criticou interpretações da Presidência da Mesa, desde 2019, que teriam limitado a proteção apenas às manifestações feitas na tribuna da Câmara, contrariando o alcance do termo “quaisquer” previsto no caput do artigo. Informou que a aplicação restritiva havia sido reforçada pelo Supremo Tribunal Federal, tornando necessária a revisão do entendimento para assegurar a plenitude das prerrogativas parlamentares. Enfatizou que a medida visava corrigir distorções e garantir a liberdade de expressão dos Deputados em todos os contextos de sua atuação.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado afirmou que o momento de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências, é grave e exigia responsabilidade dos membros da Câmara. Comparou o cenário atual à ditadura militar de 1968, quando a Casa votou contra a proteção de Deputados que seriam cassados, resultando no fechamento do Parlamento e motivando a atuação da Constituinte. Criticou a proposta em discussão, afirmando que, na prática, poderia proteger crimes comuns, como corrupção, assassinato e pedofilia. Informou que a medida seria percebida por grande parte da sociedade como privilégio indevido, desmoralizando o Congresso e gerando escárnio e vergonha. Posicionou-se contra a proposta, destacando o risco de perda de credibilidade da Câmara perante a população.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada apresentou Questão de Ordem denunciando manobra da Mesa da Câmara. Citou o Ato da Mesa nº 54/2025, que exige registro presencial de presença às terças-feiras ou, se alterado, aviso com 24h de antecedência. Afirmou que a sessão foi convocada com exigência de presença biométrica, mas, após faltar quórum para a votação da chamada “PEC da blindagem”, a Presidência mudou repentinamente para registro online sem o aviso obrigatório. Além disso, acusou a Mesa de tentar forçar quórum para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, que permitiria voto secreto para proteger Parlamentares de processos. Por fim, exigiu o cumprimento do regimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada reforçou a Questão de Ordem levantada por Sâmia Bomfim sobre a mudança de regime de presença na sessão. Citou também o Ato da Mesa nº 1/2020, que exige 24h de antecedência para alterar o caráter presencial das sessões de terça a quinta-feira. Por fim, cobrou resposta imediata do Presidente, argumentando que a mudança sem aviso prejudica a organização dos Deputados.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares. Na oportunidade, reforçou que a sessão foi convocada como presencial e não poderia ter o regime alterado sem aviso prévio de 24h, acusando a Mesa de “mudar as regras do jogo”.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado levantou Questão de Ordem com base no art. 95 e em Resolução da Mesa Diretora, alegando que a base governista usa manobras para atrasar a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares; comparando com mudanças do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) “no fim do jogo” e afirmando que a demora pode fazer uma medida provisória, do Governo Lula, caducar, isentando a oposição de culpa caso isso ocorra.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a Esquerda por recorrer ao Judiciário e disse que o Congresso estaria “nas mãos” do Supremo Tribunal Federal (STF). Em seguida, defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares como forma de restaurar o espírito da Constituição de 1988 e “libertar” o Parlamento de interferências da Suprema Corte.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado acusou a base do Governo de hipocrisia ao falar contra corrupção, lembrando escândalos como mensalão e petrolão. Além disso, pediu à população, especialmente do Nordeste, que fique atenta e deixe de votar no Partido dos Trabalhadores (PT), que, segundo ele, engana os eleitores.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada alertou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, quer blindar Parlamentares, permitindo que só sejam processados com votação secreta em até 90 dias e, se não houver decisão, fiquem impunes. Além disso, criticou a extrema direita por tentar evitar que Deputados respondam por crimes e pediu atenção da população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, como forma de proteger o Parlamento, dizendo que hoje decisões judiciais seguem interesses do Partido dos Trabalhadores (PT) e que a proposta garante as prerrogativas e a liberdade de fala dos Deputados, evitando abusos do Judiciário.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, chamada “PEC da impunidade”, dizendo que o voto secreto é um retrocesso e que a população tem direito de saber como cada Parlamentar vota, defendendo transparência e projetos de real interesse público.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares; chamando-a de “PEC da malandragem”. Afirmou que a proposta coloca Parlamentares acima da lei, permitindo que crimes cometidos por políticos sejam julgados apenas pelo Congresso, e não pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que considera um grave retrocesso e incentivo à impunidade.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, dizendo que ela garante que Deputados continuem sujeitos à prisão por crimes, mas que a decisão caberá ao próprio Congresso. Além disso, afirmou que o voto secreto evita “chantagem” do Supremo Tribunal Federal (STF) e impede que Procuradores ligados a partidos usem o Judiciário para cassar mandatos. Por fim, criticou a esquerda e citou Lula como exemplo de impunidade.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado rebateu Nikolas Ferreira, afirmando que a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, a chamada PEC da blindagem, traz de volta o voto secreto, mecanismo já rejeitado pela população. Além disso, explicou que o voto aberto é essencial para transparência e que a proposta incentiva corporativismo e autoproteção entre Deputados, favorecendo a “gangsterização” da política.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

parlamentares e dá outras providências. Ademais, alegou que o Partido dos Trabalhadores (PT) foi o partido que mais protegeu corruptos, apontando que o Presidente Lula sustentou o voto secreto nos julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e que os criminosos presos pela Operação Lava Jato estão todos livres.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado repudiou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, criticou a exigência de autorização do Congresso Nacional, mediante voto secreto, para prisão de Parlamentar, afirmando que a medida concede liberdade para a prática de crimes e restringe a responsabilização ao julgamento político. Além disso, apontou que a PEC desvirtua o instituto da imunidade parlamentar e resulta de corporativismo. Ao final, ressaltou que Lula foi legitimamente eleito e que Bolsonaro perdeu as eleições e está preso.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) votará pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, argumentou que a "PEC da bandidagem" incentiva os criminosos do Primeiro Comando da Capital (PCC) e das milícias a buscarem as eleições legislativas para se protegerem mediante o instituto da imunidade parlamentar e do voto secreto.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, citou pesquisa de opinião da Atlas/Bloomberg que apontou o Poder Judiciário como a maior ameaça à democracia brasileira, seguida pelo Governo Lula. Além disso, condenou os processos sofridos por Parlamentares no Supremo Tribunal Federal (STF) em decorrência de suas opiniões e discursos e lamentou a ausência de condenações por crimes de corrupção. Ao final, afirmou que o Governo Federal se utiliza do STF para pressionar e intimidar os Parlamentares e que a aprovação da PEC significa o fim da chantagem, da perseguição, representando a libertação para o Congresso Nacional.

Kim Katagiri (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, condenou a PEC por estimular o crime organizado a disputar cadeiras no Congresso para escapar de investigações. Além disso, recordou que, quando a Constituição de 1988 exigia a autorização do Parlamento para investigar Deputados, mais de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

trezentos pedidos foram barrados, inclusive com fundamento em crimes de homicídio, corrupção e tráfico de drogas. Lamentou ainda que o texto atual da proposição não trate de imunidade material, diferentemente de relatório anterior que limitava a responsabilização do Parlamentar por discursos, votos e opiniões ao Conselho de Ética. Adicionalmente, sustentou que a PEC protege crimes de corrupção e desvio de recursos públicos e criticou a previsão de voto secreto, que impede o eleitor de conhecer a posição de seu representante. Por fim, afirmou que defende limitar abusos do Supremo Tribunal Federal (STF) por outros meios como o fim do foro privilegiado e das decisões monocráticas.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, argumentou que a PEC resgata a redação original da Constituição de 1988 e busca proteger a democracia diante dos abusos do Supremo Tribunal Federal (STF). Afirmou ainda que o Congresso Nacional perdeu autonomia para legislar, sendo alvo de interferências e de perseguições políticas contra Parlamentares de Direita. Reconheceu também que o texto não é o ideal, mas disse ser necessário para minimizar danos e encerrar a chantagem exercida pelo Poder Judiciário. Além disso, defendeu o fim do foro privilegiado e das decisões monocráticas e ressaltou a necessidade de aprovar a anistia ampla, geral e irrestrita. Ao final, criticou a corrupção do Governo Lula e alegou que o voto secreto previsto na PEC visa proteger Deputados de retaliações do STF, e não de seus eleitores.

Dandara (PT - MG) - A Deputada condenou a chantagem para a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, denominada "PEC da bandidagem", que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, defendeu que a condenação do ex-Presidente Bolsonaro obedeceu ao devido processo legal. Por fim, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, criticou as perseguições políticas sofridas pelos Parlamentares da Direita e da Oposição, apontando invasões de domicílio e repudiando o desrespeito à imunidade parlamentar pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ao final, sustentou que a PEC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

agrava a situação ao prever o voto secreto, ampliar o foro privilegiado a Presidentes de partidos, excluir disposição transitória para réus já processados e não aprimorar o instituto da imunidade.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a narrativa da Esquerda, que busca criminalizar a atuação do Parlamento. Ademais, alegou que o Congresso Nacional visa eliminar as injustiças cometidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), permitindo que a anistia seja votada e as prerrogativas parlamentares respeitadas.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, lamentou que o texto da PEC não seja o ideal por não tratar da imunidade material prevista no art. 53 da Constituição, mas ressaltou que a medida fortalece o Congresso Nacional ao exigir sua autorização para o prosseguimento de processos criminais contra Parlamentares. Além disso, criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) por perseguir Deputados por opiniões e votos, citando o caso de Daniel Silveira e relatando buscas e apreensões ilegais sofridas pessoalmente. Argumentou também que a PEC restabelece o equilíbrio entre os Poderes, impedindo abusos e assegurando que prisões só ocorram em crimes inafiançáveis, sem afastar a responsabilização ao término do mandato. Por fim, acusou a Esquerda de hipocrisia ao alegar falsamente que a PEC protege crimes de corrupção e destacou que os Parlamentares têm sido processados por crimes de opinião.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, afirmou que a PEC transfere ao Parlamento a competência de julgar crimes, usurpando o papel do Poder Judiciário. Criticou ainda a previsão de que medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica, sejam submetidas à autorização da Câmara dos Deputados ou do Senado, citando como exemplo o caso do Senador Marcos do Val. Rejeitou também a ampliação do foro privilegiado a Presidentes de partidos. Ao final, alertou que a PEC cria ambiente atrativo para o crime organizado e representa um atentado institucional contra a democracia.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado solicitou um minuto de silêncio em memória do influenciador conservador norte-americano Charlie Kirk, assassinado aos 31 anos. Ademais, destacou a crueldade do crime e condenou aqueles que ironizaram sua morte. Além disso, propôs homenagem póstuma ao Delegado Ruy Ferraz Fontes, executado em Praia Grande (SP) pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), lembrando que o Capitão Derrite havia salvado sua vida há mais de 20 anos. Adicionalmente, alertou que o crime organizado domina a vida de milhões de brasileiros e compromete Estados como São Paulo e Rio de Janeiro, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

permanecem marcados pela violência. Por fim, defendeu o combate mais vigoroso às organizações criminosas.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado lamentou o assassinato do Delegado de Polícia aposentado Ruy Ferraz, um dos primeiros a combater o crime organizado em São Paulo, que vivia sob ameaça de morte havia mais de 20 anos. Ademais, alertou que o episódio evidencia a transformação do País em um narcoestado, onde autoridades que enfrentam o crime ficam vulneráveis à execução. Ao final, destacou que o Delegado não recebeu a devida proteção das autoridades paulistas, apesar de reiteradas solicitações.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada saudou a presença, no plenário da Câmara dos Deputados, do Vereador Coronel Prado, de Araraquara (SP), que veio debater segurança pública diante da violência que resultou no homicídio do Delegado Ruy Ferraz Fontes pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Ademais, lamentou a falta de proteção a autoridades que serviram ao País e afirmou que a segurança deve ser a pauta mais relevante do Brasil. Ao final, elogiou o trabalho do Vereador em defesa de um Município mais digno e com menos interferência estatal na economia.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou a participação do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, na Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Afirmou ainda que o Ministro revelou os interesses do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que, em conjunto com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), elaborou o Plano Pena Justa para beneficiar presos, invocando o “estado de coisas inconstitucional”. Ademais, condenou a ausência de preocupação com a proteção das autoridades policiais, citando o assassinato do Delegado da Polícia Civil por criminosos armados. Por fim, denunciou que o Governo Lula retira até mesmo de policiais da reserva o direito de portar fuzil.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada criticou os Deputados Federais que buscam proteger Parlamentares acusados de corrupção, crimes de ódio ou homicídio e que defendem a aprovação de anistia, beneficiando criminosos. Ademais, enalteceu as medidas propostas pela Esquerda em benefício da população, como o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que trata da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até cinco mil reais; a Medida Provisória nº 1.300, de 2025, que amplia a tarifa social de energia elétrica para 60 milhões de brasileiros; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que reduz a jornada de trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado manifestou-se contrariamente à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, recordou sua trajetória parlamentar desde 1991, mencionando sua liderança no *impeachment* do ex-Presidente Collor e da ex-Presidente Dilma Rousseff, a atuação como Líder e Vice-Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso e a sua atuação como Oposição aos Governos Lula e Dilma. Ao final, ressaltou que nunca precisou de leis especiais de prerrogativa para exercer seu mandato e que sempre defendeu o interesse público como Parlamentar honesto.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado destacou que a Esquerda não se preocupa com prerrogativas parlamentares porque seus Parlamentares não estão sofrendo ações judiciais no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem perseguido a Direita Política. Ademais, criticou a Esquerda por votar contrariamente a proposições que endurecem as penas, por se associar a pessoas criminosas e por defender práticas ligadas à corrupção.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, criticou o Governo Lula por utilizar notícias falsas para desgastar o Congresso Nacional e manipular a opinião pública. Afirmou ainda que o Governo Federal é o mais corrupto da história, responsável por déficit fiscal recorrente, pelo enfraquecimento da economia e pela destruição das estatais. Além disso, condenou a perseguição promovida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra Parlamentares da Direita, citando os Deputados Carlos Jordy, Gustavo Gayer e Delegado Ramagem, que foram alvo de buscas e apreensões injustificadas, em desrespeito ao art. 53 da Constituição. Ao final, repudiou a decisão da Primeira Turma do STF sobre o Deputado Delegado Ramagem, que desmoralizou a votação da Câmara dos Deputados, violando a imunidade parlamentar.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada discutiu, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Ademais, argumentou que o voto secreto permitirá que Parlamentares se protejam mutuamente de investigações e condenações, inclusive por crimes graves como homicídio, estupro, pedofilia, racismo e tortura. Denunciou ainda que a PEC consegue unir os golpistas contrários às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) a corruptos temerosos de sanções, especialmente os envolvidos em falcaturas no orçamento secreto. Além disso, criticou a nomeação do Deputado Eduardo Bolsonaro como Líder da Minoria, acusando-o de atuar nos Estados Unidos contra a soberania nacional, e defendeu sua cassação. Por fim, repudiou a tentativa de aprovar uma anistia inconstitucional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada afirmou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, pretende acabar com a investigação automática de Parlamentares, condicionando-a à autorização do Congresso e com votação secreta. Destacou que a medida blindava políticos, reduz transparência, alimenta a impunidade e representa grave retrocesso democrático. Por fim, defendeu que Deputados e Senadores, se cometerem crimes, devem ser investigados como qualquer cidadão.

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada anunciou a visita do Prefeito Tafarel Schons, do Vice-Prefeito Cleitinho Martins e de Vereadores de Papanduva (SC). Agradeceu a presença e informou que a recepção foi feita junto com o Deputado Zé Trovão. Destacou ainda a força do agro e a união de prefeitos de Santa Catarina em defesa do Estado. Por fim, reafirmou o orgulho de representar os catarinenses na Câmara.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado apresentou questão de ordem para pedir providências da Mesa sobre expressões ofensivas usadas por Deputada. Solicitou a retirada dessas expressões das notas taquigráficas, a identificação nominal de eventuais acusações e o resguardo do respeito institucional. Também criticou a coerência política da Parlamentar, citou medidas que fragilizavam a segurança pública e pediu celeridade em processos no Conselho de Ética.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada reafirmou sua transparência e coerência. Sustentou não ter tempo para listar nominalmente os Parlamentares que atentam contra a democracia e operam o “orçamento secreto”, que chamou de uma das maiores vergonhas do Congresso. Declarou ainda voto contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, e conclamou os colegas a fazerem o mesmo, sob pena de coadunarem com corrupção e golpismo.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, chamada de “PEC da blindagem”, que recria voto secreto e privilegia Parlamentares, como uma contradição enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) condena o ex-Presidente e aliados por tentativa de golpe. Afirmou que a Câmara ignora prioridades da população e concluiu que a PEC blindava ilícitos e desatende as vozes das ruas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado lamentou o atropelamento de um aluno do Ifes no bairro Universal, em Viana (ES). Responsabilizou a Eco-101 por não ter instalado, em dez anos, a passarela na BR-101. Cobrou resposta imediata e anunciou audiência pública com os vereadores Wesley Pires e Erik da Fisioterapia para exigir intervenção urgente e a construção da passarela.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado indagou ao Presidente se poderia discursar com o rosto coberto e ouviu que isso feria o Regimento. Diante da negativa, criticou a incoerência de se aceitar voto secreto para crimes graves de Parlamentares e apontou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, trancaria ações no Supremo Tribunal Federal, inclusive de três Deputados do PL ligados ao orçamento secreto. Advertiu que quem votasse “sim” seria cobrado pelos eleitores e contestou a fala de Nikolas Ferreira, segundo a qual a prisão dependeria da decisão da Câmara. Por fim, classificou a PEC como um escárnio e condenou a nomeação de Deputado residente nos EUA para liderança de uma bancada.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado anunciou a realização, no Brasil, de um fórum sobre valores tradicionais no âmbito do Brics, com delegações de mais de 15 países. Registrou a presença, no plenário, de Aziza Dzhumaniazova, Victoria Fomenko, Ksenia Zozulia e do Deputado Dmitry Kuznetsov, de Moscou e deu as boas-vindas às delegações ao Brasil.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado esclareceu seu pronunciamento sobre a responsabilização de Deputado caso cometimento de crime. Citou o caso de Flordelis e lembrou que a Câmara decidiu pela cassação do mandato. Concluiu que a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, impediria chantagem sobre Deputados que querem colocar bandidos e criminosos na cadeia.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada afirmou que a Câmara deveria pautar medidas que melhorassem a vida do povo, como isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, redução da carga horária e fim da escala 6x1.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Criticou que, em vez disso, pautou a chamada PEC da blindagem e a anistia, que privilegiariam quem cometeu crimes e a família Bolsonaro. Por fim, defendeu coerência e a priorização dos direitos do povo brasileiro.

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, configura legislação em causa própria, voltada à ampliação de prerrogativas e à criação de um ambiente propício à impunidade. Apontou questionamentos quanto à inclusão de Presidentes de partidos e à instituição de novas regras sobre medidas cautelares, tendo em vista a recuperação da redação da Constituição de 1988. Criticou, ademais, a manutenção do voto secreto, em detrimento da votação aberta e transparente. Ao final, classificou tais iniciativas como expressão de corporativismo, voltadas a blindar o Congresso e a ampliar a impunidade.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado elogiou a intervenção do Dep. Lafayette de Andrada e disse que a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, resgata a vontade dos Constituintes de 1988. Afirmou que o debate não é sobre indivíduos cometerem crimes, mas sobre defender um pilar central da democracia, que estaria sendo corroído por autoritarismo e uso político do poder. Além disso, criticou entendimentos do STF, citando falas atribuídas aos Ministros Luís Roberto Barroso e Flávio Dino, e sustentou que o Judiciário não é Poder representativo. Alegou também que Parlamentares têm sido tratados pior do que criminosos, citando o caso Daniel Silveira, e afirmou que o art. 53 da Constituição foi relativizado, lembrando a inviolabilidade por palavras e votos. Por fim, rechaçou o argumento de combate ao crime e acusou parte da Casa de agir como “bancada” mais próxima de bandidos do que da população, mencionando o “projeto dos drones”.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada sustentou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, seria a “PEC da bandidagem” ou “PEC da impunidade”, pois, para qualquer crime cometido por Parlamentar, a Câmara dos Deputados avaliaria autorização de investigação pela Mesa e, depois, prisão por voto secreto, abrangendo delitos como assassinato, pedofilia, estupro e corrupção. Vinculou a medida a tentativas de blindagem, lembrando inquéritos no Supremo Tribunal Federal sobre o “orçamento secreto” no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Governo Bolsonaro. Registrou também que Bolsonaro foi condenado por tentativa de golpe, mas poderia responder por crimes na pandemia, joias e “rachadinha”. Além disso, assinalou um “casamento de conveniência” entre extrema Direita e Centrão, que atacariam o Supremo e a Esquerda, embora “80% do povo” rejeitassem a PEC. Manifestou ainda insatisfação com a comparação à Constituinte, citou caso de Deputado nos Estados Unidos visando manter benefícios como Líder da Minoria.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Além disso, criticou Deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Esquerda e defendeu o voto secreto para evitar suposta “chantagem” do STF em casos que chamou de “crime de opinião”. Lembrou ainda as cassações de José Dirceu, José Genoino e João Paulo Cunha, do PT.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu que alterações na Constituição deveriam fortalecer a fiscalização e a transparência e acusou a extrema Direita de tentar dificultar o trabalho da Justiça e a investigação para proteger criminosos. Criticou o uso da imunidade parlamentar como impunidade e considerou “inadmissível” instituir voto secreto previsto na Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, ressaltando que já era problemático exigir autorização do Colegiado para processar um Parlamentar e que era preciso melhorar, e não travar, a Justiça.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, conhecida como “PEC da blindagem”, que condiciona o processamento criminal de Deputados e Senadores à autorização do Parlamento. Afirmou que a proposta poderia proteger colegas acusados de crimes, citando casos de violência doméstica, racismo, transfobia e até homicídio. Também defendeu que a imunidade parlamentar deveria garantir liberdade de opinião, não impunidade. Em seguida, contrapôs a pauta à defesa de medidas de interesse social, como a isenção do Imposto de Renda para 20 milhões de trabalhadores, a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

redução da jornada 6x1 e a tarifa social de energia, que beneficiaria 60 milhões de brasileiros. Ao encerrar, ressaltou que a proposta significava retrocesso democrático, ao resgatar mecanismos como o voto secreto e dificultar a responsabilização de Parlamentares.

Dr. Frederico (PRD - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, a chamada PEC da blindagem, afirmando que a matéria buscava proteger o Parlamento de ações políticas do Supremo Tribunal Federal, como inquéritos e buscas relacionados a declarações de Deputados. Também destacou que Deputados da base governista rejeitavam o texto por já estarem “blindados”, citando acusações de *fake news*, rachadinhas e ofensas a adversários. Além disso, sustentou que a PEC não impediria a responsabilização de quem cometesse crimes e destacou que a Câmara deveria se posicionar contra criminosos. Em tom crítico, mencionou que um Deputado do PSOL do Rio de Janeiro teria votado contra a cassação da então Deputada Flordelis, lembrando que ela era acusada de assassinato.

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Fabio Schiochet (UNIÃO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Odair Cunha (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado lamentou o assassinato do ativista norte-americano Charlie Kirk, ocorrido na Universidade de Utah Valley, citando o impacto da morte sobre sua família e seguidores. Em seguida, criticou a radicalização do autor do crime e acusou setores da Esquerda de incitarem violência contra conservadores, mencionando ameaças a Parlamentares como Nikolas Ferreira e Julia Zanatta. Além disso, comparou reações políticas, defendendo que conservadores responderam com orações e vigílias, enquanto denunciou discursos de ódio e ataques em redes sociais. Também alertou para riscos à segurança de lideranças de Direita e pediu que a violência não seja normalizada. Concluiu convocando aliados a manterem serenidade e fé diante da hostilidade crescente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada apresentou questão de ordem fundamentada nos arts. 10, 38 e 240 do Regimento Interno, criticando a possível indicação do Deputado Eduardo Bolsonaro para a liderança da Minoria. Nesse contexto, pontuou que o Parlamentar estaria ausente do País, recebendo salário sem exercer funções, além de responder a processo de cassação. Em seguida, pediu ao Presidente Hugo Motta definição sobre a legitimidade dessa escolha, defendendo que o respeito às normas e à soberania nacional deve prevalecer sobre disputas políticas. Ao concluir, enfatizou ser grave conceder a liderança a quem atuaria contra o Brasil enquanto mantém mandato.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado defendeu o Deputado Eduardo Bolsonaro, classificando-o como “herói nacional” e justificando sua permanência nos Estados Unidos como um serviço em defesa da liberdade e da democracia brasileiras. Ademais, criticou o Supremo Tribunal Federal, citando denúncias contra o Ministro Alexandre de Moraes, e acusou a Esquerda de apoiar um regime de perseguição política. Também rebateu críticas à atuação do Deputado Eduardo Bolsonaro fora do País e elogiou seu trabalho como futuro Líder da Minoria. Além disso, questionou a política do Governo Lula sobre exploração de terras raras e acusou a Esquerda de conivência com censura e de favorecer a China em detrimento da soberania nacional.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara respondeu à questão de ordem da Deputada Talíria Petrone sobre a eventual escolha do Deputado Eduardo Bolsonaro para a Liderança da Minoria. Afirmou que a Presidência não pode agir com base em especulações e que aguardará comunicação oficial das bancadas oposicionistas antes de se manifestar. Destacou ainda que a definição de Líderes cabe aos próprios Deputados e partidos, não sendo prerrogativa da Mesa Diretora. Ao final, reconheceu tratar-se de uma situação atípica e informou que analisará o caso em diálogo com a Oposição, prometendo apresentar resposta formal após receber o pedido por escrito.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado criticou a Deputada Talíria Petrone por citar o Deputado Eduardo Bolsonaro em sua questão de ordem e cobrou celeridade na análise do processo de cassação do Deputado Glauber Braga, afirmando que o prazo anunciado pela Mesa já teria sido ultrapassado. Também ressaltou que a demora favoreceria ataques da Esquerda a quem defende o País e seus símbolos. Ao concluir, reforçou apoio a Bolsonaro e pediu que o caso fosse pautado rapidamente para evitar a hostilidade de adversários políticos.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do § 5º do Art. 53 da Constituição Federal, que consta do Art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada apresentou questão de ordem com base na Resolução nº 25, de 2001, pedindo que a Mesa Diretora verifique prazos e procedimentos do Conselho de Ética sobre representações contra o Deputado Eduardo Bolsonaro. Apontou que quatro processos envolvendo o Parlamentar não teriam recebido Relatores, sugerindo favorecimento indevido. Além disso, afirmou que as acusações tratam de práticas atentatórias à soberania nacional, incitação a atos violentos e defesa de interesses estrangeiros. Ademais, criticou o que considerou blindagem política e ampliou a cobrança à Comissão de Constituição e Justiça sobre o caso da Deputada Carla Zambelli, alegando tratamento privilegiado. Encerrou solicitando providências para garantir isonomia e respeito ao decoro parlamentar.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado respondeu a críticas feitas por Parlamentares e rejeitou tentativas de associar seu nome a manobras políticas. Afirmou que não se intimidaria por citações feitas no plenário e acusou adversários de buscarem blindagem na Mesa Diretora para evitar responsabilização por seus atos. Também ressaltou que seguirá atuando com serenidade e firmeza para que irregularidades sejam apuradas, destacando que ataques pessoais apenas expõem quem tenta se proteger.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado encaminhou a votação do § 5º do Art. 53 da Constituição Federal, que consta do Art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 53 da Constituição Federal, que consta do art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Além disso, defendeu a necessidade de blindagem para garantir a liberdade e segurança dos votos dos Deputados, especialmente em um contexto de perseguições políticas e insegurança institucional. Criticou a existência de listas de votação que são levadas ao Governo Federal e ao Supremo Tribunal Federal (STF), e geram pressão sobre os Parlamentares. Ainda, ressaltou que a proposta representa um avanço tanto para o Parlamento, quanto para a democracia, pois protege a atuação dos Parlamentares conforme ditames constitucionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 53 da Constituição Federal, que consta do art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do § 5º do art. 53 da Constituição Federal, que consta do art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 53 da Constituição Federal, que consta do art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 53 da Constituição Federal, que consta do art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Além disso, manifestou indignação com a concessão, pelo Parlamento, da liderança de uma bancada a um traidor da Pátria. Considerou a decisão um deboche ao povo brasileiro e criticou o sistema político por proteger figuras públicas mesmo diante de acusações graves.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 53 da Constituição Federal, que consta do art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Além disso, comentou a tristeza do PT e da Esquerda com a nomeação de Eduardo Bolsonaro como Líder da Minoria e com a tramitação da PEC das Prerrogativas. Por fim, relatou conversa com o Relator Cláudio Cajado, reconhecendo que a proposta poderia ser aprimorada, inclusive quanto à exigência de aval do Congresso para medidas cautelares, como buscas e apreensões.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 53 da Constituição Federal, que consta do art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez um alerta em relação aos ataques de *fake news* contra o Congresso Nacional, informando que os ataques são financiados pelo Governo Federal do Presidente Lula e apresentam a PEC das Prerrogativas (Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021) como PEC da blindagem ou PEC da impunidade. Além disso, afirmou que o texto do Relator, Deputado Cláudio Cajado, ficou aquém das expectativas necessárias para que o voto do povo brasileiro seja respeitado através do Poder Legislativo. Por fim, defendeu que a proposta não busca benefícios pessoais para Parlamentares, mas, sim, garantir segurança no exercício do mandato parlamentar, especialmente diante do excesso de poder do Supremo Tribunal Federal sobre o Legislativo.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado informou sobre o estado de saúde e a internação do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que foi atendido em hospital de Brasília e estabilizado. Relatou que a equipe médica de São Paulo veio a Brasília acompanhar o caso, e que o ex-Presidente permanecerá em observação e fará mais exames para definição do tratamento. Além disso, atribuiu as complicações às sequelas da facada sofrida em 2018 e às cirurgias subsequentes, mencionando ainda o impacto emocional decorrente da perseguição do STF contra Bolsonaro. Por fim, pediu orações e expressou confiança na recuperação dele.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional", inserida na alínea b do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, prevista no art. 2º do substitutivo apresentado pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional", inserida na alínea b do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, prevista no art. 2º do substitutivo apresentado pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Além disso, afirmou que a Oposição deve manter firmeza contra o Governo Lula, que financia ataques nas redes sociais e beneficia a grande imprensa com recursos públicos para manipular a opinião pública. Ademais, declarou ter votado favoravelmente ao texto da PEC, apesar de considerá-lo limitado e aquém do esperado. Por fim, ressaltou que, mesmo aprovado, o texto poderá ser derrubado pela Suprema Corte, já que o PT e o Governo Lula disseram que irão recorrer ao judicialismo de coalizão, prática que considerou vergonhosa para a democracia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional", inserida na alínea b do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, prevista no art. 2º do substitutivo apresentado pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Erika Hilton (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional", inserida na alínea b do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, prevista no art. 2º do substitutivo apresentado pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional", inserida na alínea b do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, prevista no art. 2º do substitutivo apresentado pelo Relator à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional", inserida na alínea b, do inciso I, do art. 102 da Constituição Federal, previsto no art. 2º do Substitutivo apresentado pelo relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional", inserida na alínea b, do inciso I, do art. 102 da Constituição Federal, previsto no art. 2º do Substitutivo apresentado pelo relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional", inserida na alínea b, do inciso I, do art. 102 da Constituição Federal, previsto no art. 2º do Substitutivo apresentado pelo relator à Proposta de Emenda à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional", inserida na alínea b, do inciso I, do art. 102 da Constituição Federal, previsto no art. 2º do Substitutivo apresentado pelo relator à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Claudio Cajado (PP - BA) - O Deputado explicou a importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, aprovada por 353 votos, destacando a extensão do foro do Supremo Tribunal Federal aos presidentes de partidos nacionais com representação no Congresso. Argumentou que os líderes partidários exercem papel de agente público ao definir orientações que influenciam decisões políticas nas Casas legislativas, justificando julgamento direto no STF. Também afirmou que submeter esses presidentes ao primeiro ou segundo grau de jurisdição seria injusto, especialmente em um cenário de redução do número de partidos por fusões e federações.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu a escolha do Deputado Eduardo Bolsonaro como Líder da Minoria, afirmando que a decisão seguiu o Regimento Interno da Câmara. Criticou o que considerou perseguição da esquerda, do Governo Lula e da Mesa Diretora, afirmando que o Regimento deve ser respeitado e não usado para punir. Também ressaltou que a Minoria tem liberdade para definir sua liderança e anunciou que o mandato de Eduardo Bolsonaro será defendido no Conselho de Ética, mencionando suposta perseguição por parte da Suprema Corte em conluio com o PT.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado questionou a nomeação do Deputado Eduardo Bolsonaro como Líder da Minoria, apontando que ele está fora do País. Reconheceu que partidos têm o direito de indicar seu Líder, mas contestou a justificativa para que Eduardo Bolsonaro tenha o benefício de marcar presença pelo Infoleg e não registrar faltas, já que, segundo ele, não participa das reuniões necessárias do Congresso Nacional. Também afirmou que não se pode inverter um direito previsto para impedir medidas que deveriam ser aplicadas, como a cassação do mandato.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada criticou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, em discussão, que, segundo ela, cria barreiras à atuação da Justiça. Afirmou que a proposta é inconstitucional e destacou que o povo brasileiro, que financia os salários dos Deputados, não possui os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

mesmos privilégios. Também apontou que Deputados investigados ou acusados de crimes, como Eduardo Bolsonaro, devem responder conforme a lei e a Constituição.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado destacou avanços econômicos do Governo Federal, como a inflação no menor nível histórico e crescimento do PIB de 7% em dois anos, superando a previsão de quatro anos. Afirmou que o Projeto de lei nº 1.087, de 2025, de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais está parado desde março por falta de votação. Também citou programas sociais, como o Pé-de-Meia, o novo Bolsa Família e lembrou que a Medida Provisória da Tarifa Social, que beneficia 60 milhões de brasileiros, vence amanhã.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado destacou a atuação da oposição no Parlamento e contestou críticas à sua coerência. Ressaltou que a postura do grupo evidencia consistência política e enfatizou a importância de respeitar a oposição, que se mantém firme contra o Governo Lula. Também afirmou ter se posicionado contra a ação da Justiça que impediu a nomeação de Lula como Ministro do Governo Dilma, por se tratar de uma prerrogativa da Presidência, mesmo sendo contrário ao ex-Presidente.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou o discurso do Deputado Helder Salomão, questionando os resultados atribuídos ao Governo Lula. Afirmou que a alegação de que o Governo teria reduzido a inflação e melhorado a vida dos mais pobres não corresponde à realidade. Acrescentou que o Governo teria prejudicado a economia do País e afastado investidores, citando a saída de 150 bilionários do Brasil como exemplo.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado respondeu às críticas do Deputado Zé Trovão afirmando que a oposição recorre a gritos e mentiras por falta de argumentos. Destacou que o Governo defende políticas voltadas à população mais vulnerável, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, enquanto busca tributar os super-ricos. Argumentou que o Brasil teria registrado avanços significativos na geração de empregos e inclusão social, contrariando a postura de setores que, na visão de Salomão, desejam o pior cenário econômico possível.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou que, sob o Governo Lula, o Brasil teria saído do Mapa da Fome pela segunda vez, enfrentando problemas como a fome e o desemprego que se agravaram em gestões anteriores. Apontou avanços econômicos e crescimento do País, além da inserção do Brasil em mercados internacionais, ressaltando que o Presidente estaria conquistando reconhecimento global. Argumentou que essas mudanças contrastam com períodos anteriores, quando, segundo ele, o País enfrentava maiores dificuldades sociais e econômicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado manifestou preocupação com a liberdade de expressão e o respeito à imprensa no Brasil, citando uma ação do Ministério Público Federal contra a concessão do Grupo Jovem Pan. Criticou a iniciativa, afirmando que a medida configuraria censura à imprensa e privilegiaria veículos alinhados ao Governo, em detrimento de canais independentes. Também questionou a seletividade da ação e destacou que tal postura desrespeita os fundamentos constitucionais e envergonha o Ministério Público.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou o desempenho financeiro dos Correios sob o Governo Lula, destacando prejuízo de R\$ 4,3 bilhões no segundo trimestre de 2025, três vezes maior que em 2024. Afirmou que o rombo decorreu de resultados negativos da estatal, que possui exclusividade no serviço postal. Também atribuiu ao PT a responsabilidade pelo agravamento da situação e alertou que, se medidas não forem tomadas, o Governo poderia comprometer ainda mais o País.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a narrativa do PT sobre programas sociais. Mencionou a “fila do osso” em Cuiabá (MT), existente desde 2011, quando o PT estava no governo, e afirmou que a fila continua diariamente às 4 horas da manhã. Também contestou a afirmação de que o Governo atual teria eliminado a prática.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que 61% da população brasileira rejeitam qualquer anistia a Bolsonaro e que 60% são contrários à medida, apontando esse cenário como motivo do “desespero” de adversários políticos. Apontou que o ex-Presidente tentou atacar a democracia, as instituições e o sistema eleitoral, mas não obteve sucesso. Também destacou que o julgamento do STF foi histórico, reforçando a força da democracia brasileira e enviando um recado de que futuras tentativas de golpe de Estado não serão toleradas pela população.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado criticou discursos da Esquerda e questionou a veracidade das pesquisas que indicam 61% da população contrária à anistia a Bolsonaro, afirmando que esses números refletem apenas uma “bolha do PT”. Acusou adversários de seguirem orientações do Presidente Lula para propagar mentiras. Afirmou que não há argumento para que o Supremo Tribunal venha intervir nas decisões do Congresso e ironizou a alegação de que estariam tentando invadir a autoridade do Judiciário, concluindo que cada Poder deve agir dentro de sua esfera, sem interferir no outro.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de quebra de interstício para apreciação do segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de quebra de interstício para apreciação do segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Filipe Barros (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento que solicita a dispensa do interstício de cinco sessões, previsto no § 6º do art. 202 do Regimento Interno, para apreciação do segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Além disso, rebateu críticas do PT afirmando que o partido não teria moral para questionar a PEC das prerrogativas, por ter histórico de dirigentes presos. Disse aceitar o desafio feito pelo Deputado Bohn Gass, mas propôs outro: que o PT conseguisse cumprir um mandato sem casos de corrupção.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento que solicita a dispensa do interstício de cinco sessões, previsto no § 6º do art. 202 do Regimento Interno, para apreciação do segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento que solicita a dispensa do interstício de cinco sessões, previsto no § 6º do art. 202 do Regimento Interno, para apreciação do segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento que solicita a dispensa do interstício de cinco sessões, previsto no § 6º do art. 202 do Regimento Interno, para apreciação do segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento que solicita a dispensa do interstício de cinco sessões, previsto no § 6º do art. 202 do Regimento Interno, para apreciação do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado lamentou o que chamou de “show de horrores” no plenário, criticando a condução dos trabalhos e afirmando que a oposição tem conseguido impor sua pauta por meio de atitudes agressivas, como a invasão da Mesa e o uso simbólico da cadeira da Presidência. Questionou por que projetos de interesse popular, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a jornada 6x1, não são votados, sugerindo ironicamente que só seriam incluídos se o povo também invadisse a Mesa. Ao final, disse que a Câmara está “desqualificada” por aprovar medidas de blindagem que impediriam processos até contra Parlamentares acusados de violência doméstica.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Filipe Barros (PL - PR) - O Deputado reagiu às críticas à Propostas de Emenda à Constituição das prerrogativas parlamentares afirmando que o projeto não é uma pauta exclusiva da direita, mas de todo o Congresso, já que Deputados de partidos de esquerda também votaram a favor. Acusou a Parlamentar que falou antes de usar termos que desumanizam adversários políticos, associando esse tipo de discurso a um recente assassinato nos Estados Unidos. Afirmou que a proposta valoriza prerrogativas essenciais à democracia e não pode ser rotulada como pauta ideológica. Por último, criticou o PSOL, dizendo que o partido age de forma dura com a direita, mas complacente com a esquerda.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado fez um discurso em defesa do PSOL e contra a Proposta de Emenda à Constituição das prerrogativas parlamentares. Destacou o orgulho pelos 20 anos do partido e criticou o que chamou de “conluio fisiológico” para aprovar o voto secreto e reduzir a transparência no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Congresso. Acusou também a extrema direita bolsonarista de tentar golpe, perder sucessivas disputas políticas e agora recorrer à chantagem para impor pautas como anistia e a PEC das prerrogativas. Concluiu que essa estratégia é um tiro no pé e evidencia o enfraquecimento do bolsonarismo, enquanto a esquerda se fortalece para enfrentar a desigualdade e ampliar o apoio popular.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado reagiu às falas anteriores criticando o uso do termo “extrema direita” para classificar adversários. Disse que chamar de “extrema direita” pessoas que acreditam em Deus, defendem a família, a liberdade e rejeitam o comunismo é distorcer a realidade. Afirmou ainda que quem faz esse tipo de acusação são indivíduos “desqualificados” e “fracassados”, tentando deslegitimar cidadãos comuns com valores conservadores.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada respondeu às provocações feitas no plenário, repudiando o machismo e a misoginia que diz sofrer ao ter sua fala interrompida. Afirmou que sua voz incomoda justamente porque enfrenta golpistas e criminosos e não apoia medidas que protejam corruptos ou criem impunidade parlamentar. Destacou ainda ter orgulho de ser fundadora do PSOL, partido que rejeitou por unanimidade a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, a chamada PEC da blindagem, e ressaltou que representa a força das mulheres brasileiras, que são frequentemente desprezadas, mas continuam firmes na política.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Filipe Barros (PL - PR) - O Deputado rebateu as críticas feitas pela Deputada Fernanda Melchionna, afirmando que o PSOL diz não apoiar criminosos, mas apoiou Lula, a quem acusa de corrupção. Acusou ainda



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

o PSOL de ser “puxadinho do PT”, citando divergências internas na bancada do partido para reforçar a ideia de que a legenda estaria subordinada aos interesses do Partido dos Trabalhadores.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada criticou a votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Zucco (PL - RS) - O Deputado defendeu a anistia a presos dos atos de 8 de janeiro e afirmou que o termo correto seria “justiça”. Comparou o tratamento dado a esses detidos com a anistia concedida a militantes políticos no passado, citando nomes como Dilma Rousseff, José Dirceu e Rui Falcão. Criticou a decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, que classificou como política, e elogiou o voto do Ministro Luiz Fux, que considerou técnico e fundamentado em jurisprudência. Afirmou que Bolsonaro foi condenado por lutar contra o sistema, enquanto Lula teria sido condenado por corrupção em várias instâncias. Declarou que a Oposição seguirá mobilizada pela anistia e concluiu projetando a volta de seu grupo político em 2026.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que o Governo tem como lema estar ao lado do povo brasileiro, destacando que o País não deveria voltar a ser tratado como colônia. Condenou a aproximação de setores políticos com os Estados Unidos e mencionou que, em sua visão, aplaudir essa submissão significava trair a soberania nacional. Ressaltou que, enquanto opositores buscavam alinhar o Brasil como “quintal” de outra nação, a atual gestão se comprometia a defender os interesses do povo e a independência do País.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada explicou sua interpretação sobre o voto do Ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal. Afirmou que o magistrado seguiu as regras processuais ao determinar que as preliminares fossem analisadas antes do mérito, mas destacou que o Ministro Alexandre de Moraes não permitiu essa ordem. Informou que Fux declarou a incompetência absoluta do Supremo e, na hipótese de o processo permanecer na Corte, a competência deveria ser do plenário, e não da turma. Disse que, superada a preliminar, o Ministro avançou para o mérito, ocasião em que votou pela condenação do ex-Ministro General Braga Netto e de Cid. Ressaltou que, embora não concordasse com o resultado, considerava o procedimento compatível com a postura de um professor e descreveu Fux como o único juiz do Supremo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou o voto do Ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal, citando a análise de juristas e a opinião recente do Ministro Gilmar Mendes. Afirmou que a decisão representou uma contradição sem precedentes na história da Corte e disse se impressionar com a tentativa de alguns de justificarem tal posicionamento. Acrescentou que a postura de setores da oposição equivalia a uma aula contra a democracia e contra os interesses da maioria da população. Destacou que o povo brasileiro não desejava anistiar aqueles que cometeram crimes contra a ordem democrática, ressaltando que a defesa desse tipo de medida feria o compromisso com a soberania e os valores constitucionais do País.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "secreta" contida no § 3º do art. 53 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "secreta" contida no § 3º do art. 53 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "secreta" contida no § 3º do art. 53 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "secreta" contida no § 3º do art. 53 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "secreta" contida no § 3º do art. 53 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "secreta" contida no § 3º do art. 53 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "secreta" contida no § 3º do art. 53 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "secreta" contida no § 3º do art. 53 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º do substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "secreta" contida no § 3º do art. 53 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º do Substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares. Na oportunidade, apontou contradição dos defensores do voto impresso para a população, mas que agora querem voto secreto no Parlamento para proteger Parlamentares acusados de crimes.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, que permite voto secreto, afirmando que usará voto aberto, mas que o sigilo protege Parlamentares contra pressões e "chantagens". Além disso, criticou a postura do Supremo Tribunal Federal (STF), dizendo que o Congresso não deve se submeter à Corte e que o voto secreto dá segurança a quem se sentir ameaçado.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado celebrou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, classificando o dia como uma vitória do Legislativo e "resgate da altivez" frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, elogiou o Relator Cláudio Cajado, o Presidente Hugo Motta e diversos líderes partidários, inclusive alguns da esquerda, por apoiarem o texto. Defendeu que a proposta apenas recupera garantias previstas na Constituição de 1988, dando prazo de 90 dias para que a Câmara



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

autorize processos contra Deputados e evitando, segundo ele, “chantagens” de Ministros do STF. Também enalteceu a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), acusou o Governo de tentar encobrir crimes e reafirmou apoio ao Deputado Eduardo Bolsonaro como novo líder da Minoria, encerrando com apelo por “anistia já” aos presos do 8 de janeiro.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado classificou a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, denominada PEC da blindagem, como um grande retrocesso, pois dá ao Congresso poder de autorizar investigações do Supremo Tribunal Federal (STF), estende a proteção a crimes anteriores à diplomação, restabelece o voto secreto e inclui Presidentes de partidos. Além disso, acusou a extrema direita de buscar autoproteção, comparou a proposta à anistia dos atos de 8 de janeiro. Por fim, defendeu pautas como a da segurança pública, e a isenção de imposto de renda até R\$5 mil, elogiando o Governo Lula por barrar fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou o Governo Lula, acusando o Partido dos Trabalhadores (PT) de corrupção e má gestão. Disse que o rombo de R\$ 4,3 bilhões na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no 1º semestre de 2025 é “um dos maiores escândalos da República”, atribuindo-o à incompetência e “maracutaia”. Criticou o Ministro da Fazenda Fernando Haddad por “desaparecer” e cobrou explicações sobre as contas públicas. Na continuidade, atacou Lula e familiares, insinuando enriquecimento ilícito e envolvimento em desvios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da ECT. Também acusou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e sindicatos de participarem de um esquema iniciado em 1994 e comparou-os a organizações criminosas. Por fim, defendeu Jair Bolsonaro, condenou as investigações contra ele e afirmou que a esquerda quer “eliminar” o ex-Presidente, mas que seu legado seguirá vivo para as eleições de 2026.

Filipe Barros (PL - PR) - O Deputado defendeu o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, dizendo que petistas o atacaram no plenário ao criticar seu voto e chamá-lo de “o pior da história do Supremo”, o que considerou um “ato antidemocrático”. Afirmou que democracia se faz no voto parlamentar e criticou o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) por recorrer ao STF quando perde votações, acusando o partido de não respeitar a via democrática. Também disse que a esquerda é a mais “blindada” pela Justiça e citou Lula como exemplo, lembrando que foi “descondenado” pelo Supremo.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado defendeu o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e criticou a oposição por apoiar Bolsonaro. Disse que quem ainda o defende “vive em um mundo paralelo ou mente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

como método”. Por fim, rebateu o discurso de caos econômico, afirmando que o Brasil apresenta crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), queda da inflação, geração de empregos e melhora geral dos indicadores, apesar de aumentos de tarifas.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado defendeu o voto do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e disse que o Parlamento precisa reafirmar sua independência. Em seguida, reforçou o apelo para votar o requerimento de urgência da anistia aos envolvidos em 8 de janeiro, alegando que há presos injustamente e que a medida é necessária para garantir justiça e evitar mortes na prisão.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado respondeu às críticas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), destacando que, apesar de ter apenas 14 Deputados, o PSOL atua de forma combativa e coerente com a defesa da classe trabalhadora. Concluiu afirmando que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) sempre que considerar que a Constituição ou os direitos do povo estejam sendo violados.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado lamentou o assassinato de um delegado em São Paulo e disse que o combate ao crime organizado precisa ser responsabilidade conjunta da União, Estados e Municípios. Ressaltou que o Brasil não produz armas de grosso calibre e que é inútil culpar apenas Governos Estaduais. Por fim, afirmou que ser necessário um esforço coordenado, especialmente no controle das fronteiras, para conter a violência.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão de Cultura, do Projeto de Lei nº 33, de 2025, de sua autoria, que reconhece as Folias do Divino Espírito Santo realizadas no Estado do Tocantins como manifestação da cultura nacional. Destacou a origem secular da tradição (vinda de Portugal no século XIV e enraizada no Brasil pelos jesuítas), sua força identitária em diversas cidades tocaninenses e seus impactos positivos na preservação cultural, no turismo religioso e na valorização dos foliões. Agradeceu à Comissão e ao relator, Deputado Mersinho Lucena, e defendeu a rápida tramitação para que o projeto se torne lei e perpetue essa herança como patrimônio da nação.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado denunciou a situação do transporte público de Rio Branco (AC) como caótica e insustentável, cobrando transparência, modernização da frota, licitação competitiva e uso de tecnologia para melhorar o serviço sem aumentar a tarifa. Propôs auditorias, renovação da frota com veículos elétricos ou híbridos, aplicativo de rastreamento em tempo real, manutenção preventiva, integração com modais sustentáveis e tarifa zero aos domingos financiada por multas e taxas de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

estacionamento. Por fim, fez um chamado à ação imediata, com união entre Prefeitura, Câmara, empresas e sociedade.

Vander Loubet (PT - MS) - O Deputado alertou que, embora divergências ideológicas fossem naturais, a polarização, amplificada pelas redes sociais, estaria substituindo o diálogo por agressão e paralisando pautas essenciais no Congresso. Reafirmou valores inegociáveis como a dignidade humana, os direitos fundamentais e a proteção integral de crianças. Além disso, criticou a “adultização” precoce *online* e defendeu a discussão sobre regulação e responsabilização de plataformas, sem abrir mão de uma mudança cultural baseada em respeito, escuta e humildade. Concluiu conclamando lideranças a construir pontes, combater *fake news* com transparência e priorizar o interesse nacional.

Hugo Leal (PSD - RJ) - O Deputado celebrou o Dia Nacional da Identidade Civil, instituído pela Lei 14.974, de 2024 e comemorado em 16 de setembro. Explicou que a escolha da data remeteu ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.9 da ONU e defendeu a identidade civil como chave de acesso à cidadania, serviços públicos, dignidade e inclusão. Homenageou Célio Ribeiro, do Instituto Internacional de Identificação (InterID) e da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (ABRID), laureado com a Medalha Mérito Legislativo em 2010, por sua atuação decisiva na implementação da Carteira de Identidade Nacional (CIN), junto a Frente Parlamentar Mista para Garantia do Direito à Identidade (FrenID), coordenada pela Deputada Flávia Moraes. Informou ainda que o Brasil atingiria 35 milhões de CINs emitidas em setembro, projetou 50 milhões até o fim de 2025 e 130 milhões até 2026. Agradeceu também o trabalho do secretário Rogério Mascarenhas e da ministra Esther Dweck no avanço da transformação digital. Além disso, reafirmou o alinhamento à Agenda 2030 e apontou desafios como fragmentação de sistemas, dificuldades de acesso e sub-registro desde o nascimento. Concluiu defendendo que nenhum brasileiro permanecesse invisível ao Estado e conclamando uma nova fase com identidade moderna, segura, acessível e digital para todos.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada comunicou que o Projeto de Lei (PL) nº 941, de 2024, de sua autoria, sobre custódia compartilhada de animais em separações, foi aprovado em 26 de agosto na Comissão de Meio Ambiente do Senado, e seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Esclareceu que a proposta supria lacunas legais e sofrimento afetivo ao permitir que, na falta de acordo, o juiz fixasse convivência equilibrada e divisão de despesas com base em critérios objetivos, ficando as despesas cotidianas com quem estivesse com a guarda e os custos veterinários rateados. Ressaltou que o PL previu sanções por descumprimento e maus-tratos, incluindo perda definitiva da guarda e, em casos de violência doméstica, perda automática da posse e propriedade, sem indenização. Por fim, defendeu inserir o tema no Código de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 186.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 16/09/2025

Processo Civil, agradecendo à relatora e aos colegas e conclamando celeridade da CCJ por entender que a medida era humana, protetiva e gerava segurança jurídica às famílias.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado manifestou indignação e repúdio ao assassinato do ativista americano Charlie Kirk, que fora morto a tiros enquanto discursava, classificando o episódio como um ataque à liberdade de expressão e à democracia. Enquadrou o caso como parte de uma estratégia de eliminação de opositores atribuída à Esquerda radical. Advertiu, ainda, que o Brasil não estava imune a esse ambiente, citando demonização do adversário, campanhas difamatórias, perseguição judicial e ativismo de instituições. Além disso, defendeu que a política não se transformasse em campo de guerra e que a democracia fosse sempre acompanhada de debates, jamais bala, processos abusivos ou censura. Afirmou que o caso simbolizou os riscos de relativizar a violência quando a serviço de projetos ideológicos. Concluiu reafirmando a necessidade de garantir no País o direito de todos se expressarem e viverem sem medo, expressando solidariedade à família de Kirk e apelando para que o Brasil não trilhasse o caminho do silenciamento.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado celebrou o Dia Nacional do Psicólogo, que marcou a regulamentação da profissão em 1962 e foi incluído oficialmente no calendário em 2016. Parabenizou os profissionais pelo papel essencial na promoção da saúde mental. Destacou ainda que, no Brasil, havia mais de 440 mil psicólogos, o que refletia a crescente demanda por cuidados, e alertou que a falta de acesso ao tratamento da depressão representa problema grave. Ademais, explicou que a depressão é uma condição complexa e multifatorial, e que a psicologia desempenha papel crucial com terapias baseadas em evidências, ajudando pacientes a lidar com sintomas, estressores, traumas e relações, além de desenvolver autocuidado, gestão do estresse e prevenção de recaídas. Concluiu que a data oferece oportunidade de reflexão e reconhecimento do impacto positivo desses profissionais na qualidade de vida e na construção de uma sociedade mais saudável.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado ressaltou o sucesso da 2ª Caravana Federativa no Maranhão em São Luís, com mais de 3 mil atendimentos e presença de 95% dos Municípios, aproximando de forma concreta o Governo Federal de Estados e Prefeituras. Agradeceu ao presidente Lula e ao Governador Carlos Brandão e destacou resultados práticos, como a destinação de imóveis da União e regularizações em Chapadinha (MA) e Balsas (MA). Por fim, enfatizou a participação da sociedade civil e reafirmou, como vice-líder do Governo, o compromisso com uma governança cooperativa e voltada ao povo.

ENCERRAMENTO